

A PERCEPÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO DE CASO APLICADO AOS MORADORES DO BAIRRO TARUMÃ EM MARINGÁ-PR

*The Perception as an Instrument to Environmental Education:
Study of cause Subjected to the Residents of Tarumã Community in Maringá-PR*

**Marilda Aparecida de Oliveira¹
Deise Regina Elias Queiroz²
Manoel Luiz dos Santos³**

**¹Universidade Estadual de Maringá
Departamento de Geografia
Avenida Colombo, 5790 CEP 87020-900 - Maringá – Paraná
marilda.uem@gmail.com**

**²Universidade Estadual de Maringá
Departamento de Geografia
Avenida Colombo, 5790 CEP 87020-900 - Maringá – Paraná
deisequeiroz@ig.com.br**

**³Universidade Estadual de Maringá
Departamento de Geografia
Avenida Colombo, 5790 CEP 87020-900 - Maringá – Paraná
mldsantos@uem.br**

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de auxiliar programas de educação ambiental voltados à população do Bairro Tarumã em Maringá- PR. Foram abordados diversos temas referentes à poluição buscando por meio da percepção desses moradores elementos que auxiliem na implantação de um programa de conscientização e de educação ambiental que promova a mudança de atitude individual e coletiva. Os dados foram obtidos das 230 entrevistas domiciliares. O resultado foi apresentado por meio de tabelas, gráficos e mapas que permitiram a visualização da percepção destes moradores.

Palavras-chave: Percepção. Bairro Tarumã. Educação ambiental.

ABSTRACT

This study was realized with the purpose of assisting environmental education programs set to the residents of Tarumã community in Maringá – Pr. Several themes referring to pollution were mentioned, searching, through the perception of the residents, aspects to aid the implantation of an awareness and environmental education program that promotes a change of attitude, both individually and collectively. The data was obtained by the means of 230 home interviews. The results were presented on tables, graphs and maps that made it possible to visualize the perception of these residents.

Keywords: Perception. Tarumã community. Environmental education.

1 INTRODUÇÃO

Estudos, com base na percepção ambiental, apontam para o que há de mais atual em relação à busca do entendimento das relações homem-meio. Esta abordagem muito se fortaleceu com a criação, pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), de um programa sobre o Homem e a Biosfera. O Programa Homem e Biosfera (MaB – Man and the Biosphere) foi criado como resultado da "Conferência sobre a Biosfera" realizada pela Unesco, em Paris, em setembro de 1968. O MaB foi lançado em 1971 e é um programa de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e seu meio. Busca o entendimento dos mecanismos dessa convivência em todas as situações bioclimáticas e geográficas da biosfera, a fim de compreender as repercussões das ações humanas sobre os ecossistemas mais representativos do planeta. O objetivo central do Programa MaB é promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implementar as boas relações entre as populações e o meio ambiente em todo o planeta.

Aspectos relacionados à temática ambiental também passaram a ser muito valorizados na sociedade brasileira, principalmente depois da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). Os temas ambientais globais, que afetam todo o planeta, precisam ser trabalhados, mas deve-se priorizar o estudo dos problemas ambientais locais que afetam diretamente as comunidades, pois isto traz resultados altamente positivos. A percepção dos problemas vivenciados pelos próprios indivíduos torna-se elemento motivador enquanto que a impotência diante dos problemas globais, distantes da realidade destes, é desmobilizadora. É importante que o cidadão exerça sua cidadania,

participando ativamente da organização e gestão do seu ambiente de vida.

Os problemas ambientais resultantes da ocupação antrópica de áreas de preservação, que no caso deste estudo, refere-se a uma área de nascentes, necessitam ser primeiramente percebidos por seus usuários para que posteriormente estes possam ser conscientizados de sua gravidade. É necessária a elaboração do perfil da percepção ambiental desta comunidade, pois é compreendendo o "como" eles enxergam determinado problema que se poderá ampliar ou corrigir tal visão.

Parte da fundamentação teórica deste estudo está apoiada nas considerações de Yi-Fu Tuan (1980) sobre as relações humanas com o meio ambiente pelas suas percepções, atitudes e valores.

O propósito desta pesquisa foi apresentar a visão, a concepção e o significado de poluição para os moradores deste bairro, identificando se eles estabeleceram relação entre valor, opinião e atitude sobre os aspectos pesquisados a fim de fornecer dados que auxiliem na implantação de um programa de conscientização e de educação ambiental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A percepção ambiental é uma atividade mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que ocorre por mecanismos perceptivos e cognitivos. Os mecanismos perceptivos são dirigidos por estímulos externos, captados pelos cinco sentidos. Os cognitivos são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência, pois a mente não funciona apenas a partir dos sentidos e nem recebe as sensações passivamente. Existem contribuições do sujeito ao processo perceptivo, que são os mecanismos cognitivos, incluindo motivações, humores, necessidades,

conhecimentos prévios, valores, julgamentos e expectativas.

As formas como as pessoas percebem o meio são as mais variadas possíveis. Em percepção, os sentidos do corpo humano, como visão, tato, audição e olfato influenciam o sentimento em relação ao meio, assim como a cultura e o meio ambiente. No caso dos sentidos, a visão está mais presente que os demais componentes deste sistema.

Essas imagens os homens constroem pouco a pouco, e sua visão do mundo, seus valores, formam-se a partir dela. O que o homem sabe do espaço é adquirido a partir do que ele vê e percebe.

Para Del Rio e Oliveira (1999) “[...] todo o ambiente que envolve o ser humano, seja físico, social, psicológico ou até mesmo imaginário, influencia a percepção e a conduta” (DEL RIO; OLIVEIRA, 1999, p. XIII). Portanto, a percepção ambiental está relacionada ao contato com elementos externos e internos da experiência.

Desse modo, o estudo da percepção ambiental é fundamental para a compreensão das inter-relações entre ser humano e meio ambiente, seu comportamento e suas atitudes no espaço.

Neste contexto, a Educação Ambiental é uma ferramenta de educação para o desenvolvimento sustentável e preservação do meio.

A sustentabilidade tem-se firmado como um novo paradigma para o desenvolvimento humano, e exige profundo senso ético, de igualdade e justiça social, de preservação e diversidade cultural, impondo-nos grande desafio, no sentido de exigir profundas mudanças na forma de pensar, viver, agir, produzir e consumir.

Desse modo, a Educação Ambiental busca construir uma postura eco-política, no sentido de provocar transformação nas relações sociais, humanas e ambientais visando a mediação adequada entre meio ambiente, educação e sustentabilidade.

A educação ambiental é um instrumento para a implantação do desenvolvimento sustentável, articulando crescimento econômico e tecnológico, e a utilização racional dos recursos naturais.

É importante também elaborar um programa, integrando o conhecimento sistematizado e a realidade dos atores sociais envolvidos, levando assim a um processo de sensibilização, comprometimento e consciência ambiental, bem como, a aprendizagem sobre o tema tratado permitindo o desenvolvimento de competências: análise, decisão, planejamento e pesquisa, ou seja, o que os atores sociais necessitam para o pleno exercício da cidadania.

Além do mais, o processo de sensibilização, consciência e conhecimento que envolve todo o processo de percepção ambiental presente na Educação Ambiental, causa uma ação positiva que leva os grupos alvo a procurar preservar o meio ambiente.

Para Jacobi (1998, p. 13), é fundamental motivar e sensibilizar as pessoas no sentido de transformar as diversas formas de participação em concretização de uma proposta de sociabilidade, baseada em uma educação para a participação. É pela participação que se exerce a autonomia e se estabelecem as identidades locais, criam-se as possibilidades de controle individual e coletivo e a noção de responsabilidade e compromisso.

A educação ambiental além de ser um processo de mudança e de formação de valores, bem como de preparo para o exercício da cidadania, constitui-se em um conjunto de ideias contrárias às ideias prevalentes no sistema social atual, ideias de egoísmo e de individualismo, a favor da transformação social com ética, com justiça social e com democracia. É uma luta a favor de novas ideias e de valores éticos, em que deve prevalecer a melhoria da qualidade de vida para todos.

O ser humano, com o objetivo de atender suas necessidades e desejos, está constantemente agindo sobre o meio. Essas ações podem desencadear alterações no meio e ainda afetar as gerações futuras de diferentes espécies.

As interações entre ser humano e ambiente estão diretamente relacionadas às percepções, aos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo. Desse modo, o estudo da percepção ambiental é fundamental para a compreensão das inter-relações entre ser humano e meio ambiente, suas expectativas e condutas (FAGGIONATO, 2006).

Formas de gestão com qualidade ambiental dependem diretamente do processo crescente de conscientização da comunidade envolvida.

De acordo com Milaré (2001, p. 216), a Educação Ambiental não deve estar dissociada do envolvimento democrático das comunidades, cuja proposta deve resultar de um trabalho conjunto em busca da solução das problemáticas sócio-ambientais locais. O mesmo afirma:

[...] a educação ambiental deve realizar-se com a participação democrática da população. A questão ambiental é altamente política, e seu equacionamento exige a interferência de cada cidadão no debate e nas decisões. Não se trata, portanto, de impor modelos aos cidadãos, como em uma prática de cooptação da sociedade para que se adapte à vontade dos órgãos do Estado ou do poder econômico, mas de conclamá-los à participação consciente, no gerenciamento de questões que lhes dizem respeito, individual e coletivamente. Trata-se, conseqüentemente, de um processo educativo a ser realizado com a comunidade, e não para a comunidade, até porque na situação ensino-aprendizagem adequadamente estruturada a pessoa é sujeito e não objeto da ação educativa.

O ponto mais importante nos conteúdos de uma Educação Ambiental deve ser o das limitações de consumo do ser humano. Este recai no outro extremo, que é o do lucro. Portanto, a educação ambiental requer um novo posicionamento ético na sociedade.

É necessário que se analise este fenômeno e transforme o trabalho educacional em uma tarefa também de fazer com que haja uma racionalização do consumo.

Na concepção de Medina (1999, não paginado):

A Educação Ambiental visa à construção de relações sociais, econômicas e culturais capazes de respeitar e incorporar as diferenças [...] respeitando os limites dos ecossistemas, substrato de nossa própria possibilidade de sobrevivência como espécie.

O que se espera com a Educação Ambiental é a promoção da cidadania por meio do envolvimento, do conhecimento e da integração com a sociedade.

Os resultados desta pesquisa podem fornecer a visão e o entendimento sobre o significado de poluição para estes moradores e qual sua atitude frente a isto, possibilitando a elaboração de um programa de educação ambiental que resulte numa melhoria da qualidade ambiental e da qualidade de vida destes moradores.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi desenvolvida no Bairro Tarumã que fica localizado no contato do perímetro urbano com a zona rural, na região Sul da cidade de Maringá, conforme a Figura 1.

O bairro compreende duas partes designadas como Parque Tarumã, mais conhecido como Tarumã I e Residencial Tarumã, este conhecido como Tarumã II.

Estas duas partes do Bairro Tarumã se encontram na vertente esquerda do córrego Cleópatra. O Parque Tarumã localiza-se na média vertente, enquanto o Residencial Tarumã localiza-se na baixa vertente. A primeira parte desse bairro, o Tarumã I, conta com ruas asfaltadas e com um pequeno comércio local. O padrão residencial é melhor, com residências rebocadas, muitas com pintura e a quase-totalidade com muros e calçadas públicas. Apesar de todo o bairro ser destinado à população de baixa renda, o Tarumã I conta com infraestrutura capaz de atender às necessidades mais prementes dos moradores, enquanto o Tarumã II apresenta condições precárias de infraestrutura e de acesso aos serviços públicos. A localização do bairro em periferia marginalizada aponta a segregação espacial sofrida pela população do Bairro Tarumã. Chinelli (1981) argumenta que as precárias condições dos loteamentos, oriundas das transgressões possibilitadas pelo tráfego de influência, aliadas à localização em áreas periféricas, permitem às camadas menos favorecidas a aquisição dos lotes.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com o censo de 2000 do IBGE, o Bairro Tarumã tem o total de 1980 habitantes para 530 domicílios. Não há dados mais recentes e nem uma projeção para o bairro. Assim, para se obter dados mais atualizados, procurou-se determinar o total de domicílios pelo número de hidrômetros fornecidos pela Sanepar em junho de 2006. Segundo a Sanepar, no Bairro Tarumã existe 586 domicílios com hidrômetros ligados.

Optou-se pela amostragem aleatória simples, que consiste em escolher uma amostra de uma população, tal que qualquer item da população tenha a mesma probabilidade de ser selecionado. Nesta amostra nenhum item selecionado como

parte da amostra retornou à população para ser novamente disponibilizado para a amostra. O cálculo do tamanho amostral adotado foi o da População Finita para Proporção, uma vez que se utilizou a aplicação de um questionário de perguntas fechadas.

A fórmula utilizada para a determinação do tamanho amostral foi a citada por Samara e Barros (2002, p. 99).

Equação 1

$$e = Z \cdot \sqrt{\frac{0,25}{n} \cdot \left(\frac{N-n}{N-1} \right)} \quad (1)$$

Em que:

e= erro máximo da estimativa

Z= é o valor da distribuição normal padronizada

N= tamanho da população

n= tamanho amostra

Para se obter o tamanho amostral desejado, isolou-se “n” na Equação (1) obteve-se (Equação 2) abaixo:

$$n = \frac{0,25 \cdot Z^2 \cdot N}{e^2 \cdot (N-1) + 0,25 \cdot Z^2} \quad (2)$$

No trabalho em questão, para se determinar o tamanho amostral, adotaram-se os seguintes valores:

Z = 1,96 - para uma confiabilidade de 95%

e = 5% - erro máximo da estimativa

N = 586 - tamanho da população

Logo, substituindo estes valores constantes na Equação 2, obteve-se n=232, ou seja o tamanho amostral mínimo a ser investigado.

Ao final da coleta de dados, foram validadas somente 230 entrevistas sendo

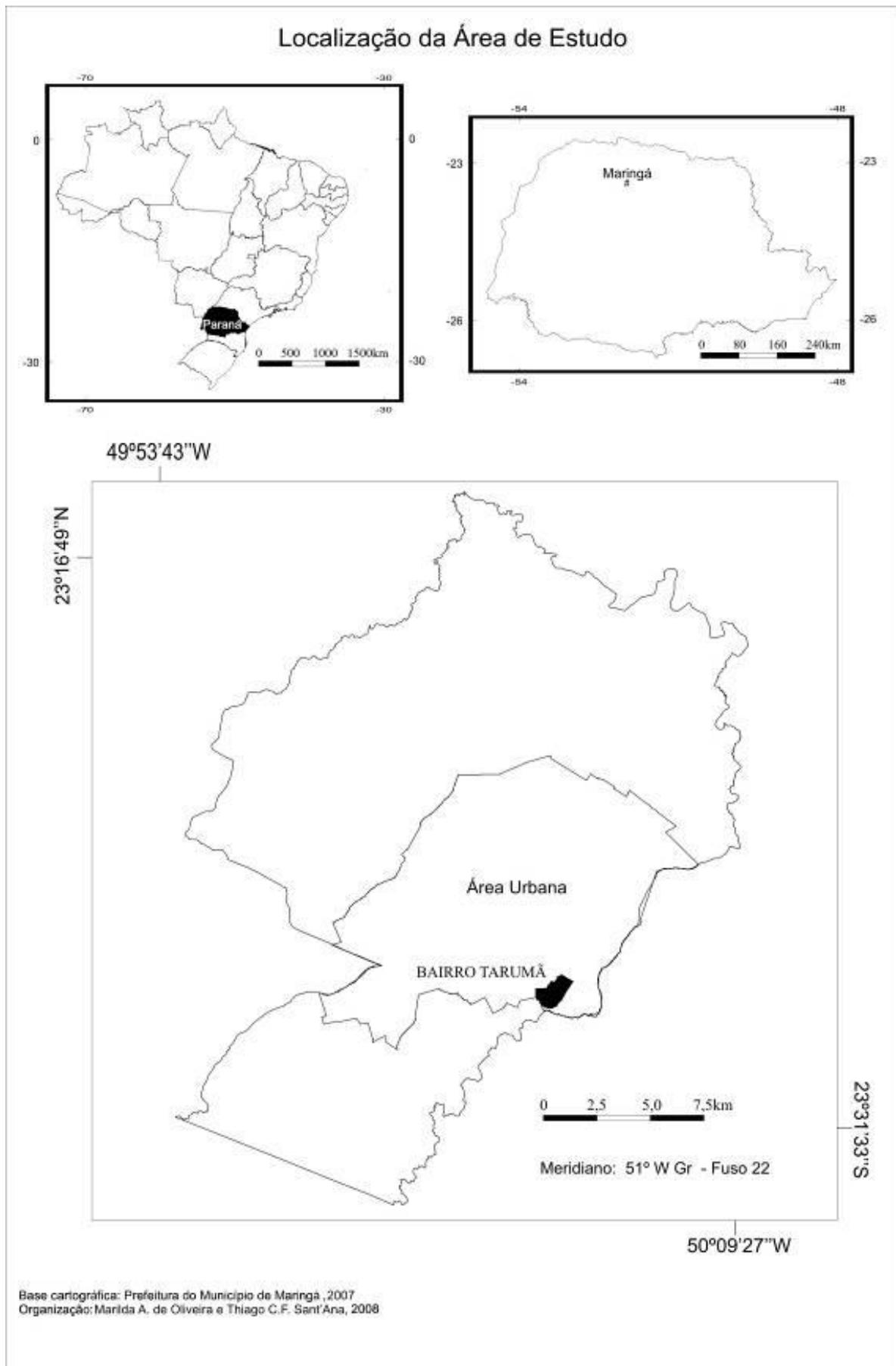


Figura 1: Localização da área de estudo.

45% (103) no Tarumã I e 55% (127) no Tarumã II. Neste caso, recalculou-se o valor do erro máximo da estimativa (Equação 1), para os mesmos valores de Z e N, obtendo-se $e = 0,0504 = 5,04\%$, arredondando para uma casa decimal o erro máximo da estimativa é de 5,0% ($e = 5\%$).

Foi elaborado um questionário que foi aplicado em dez moradores em forma de pré-teste. Este pré-teste conduziu a uma reformulação do questionário, adequando-o à realidade local.

Utilizando um mapa do bairro onde estavam identificadas as quadras e datas, localizou-se cada domicílio selecionado. As pesquisas foram realizadas com um morador maior de idade de cada domicílio. Foram elaboradas questões fechadas para a avaliação quantitativa do inquérito.

A pesquisa foi autorizada pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (COPEP). Os dados foram processados utilizando-se o Microsoft®Office Excel 2003 e permitiram a elaboração de tabelas e gráficos. Estes dados também possibilitaram a elaboração de mapas temáticos georreferenciados utilizando-se os Softwares Arc View GIS 3.3, Autocad 2000 e Corel Draw 12. Assim foi possível analisar a percepção dos moradores do Bairro Tarumã com relação a aspectos ligados à poluição.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A apresentação dos resultados se deu pela correlação de tabelas, gráficos e mapas temáticos que permitiram a análise da percepção destes moradores e conseqüentemente à discussão desta pesquisa.

5.1 O córrego Cleópatra

A figura 2 apresenta a opinião dos entrevistados a respeito da qualidade atribuída à água do córrego Cleópatra, segundo as classificações: boa, regular,

ruim, péssima, não sabe. Verificou-se que 57,4 % dos entrevistados afirmaram não saber. No Gráfico nº1 sobre a opinião dos entrevistados a respeito da qualidade atribuída à água do córrego Cleópatra, verificou-se que 42,6% dos entrevistados deram alguma classificação à água. O restante não opinou. Percebe-se, neste sentido, que grande parte dos moradores não conhece o córrego ou não se interessa pelas condições do lugar onde vive. Dos 42,6% que opinaram sobre a qualidade da água, apenas 3,5% a consideraram boa, ou seja, quase 40% da população entrevistada perceberam os componentes poluentes presentes na água do córrego.

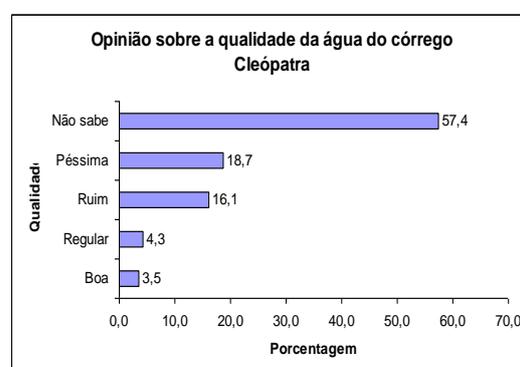


Figura 2: Opinião sobre a qualidade da água do córrego Cleópatra.

A Tabela 1 apresenta os aspectos considerados pelos moradores quanto à qualidade da água do córrego Cleópatra. Verificou-se que, dentre aqueles que opinaram, os aspectos de degradação mais percebidos por eles foi a presença de lixo e cores variadas seguido de cheiro e espuma na água. Dos entrevistados do Bairro Tarumã, 2,3% responderam que consideram a água limpa; 38,7% não sabiam como era a água, porém 39% dos entrevistados responderam que a água tem um ou mais atributos que lhe conferem algum tipo de poluição. É importante salientar que não houve um percentual maior – 57,4% no Gráfico 1- que não soube qualificar a água em boa, regular, ruim ou péssima em relação aos que não souberam indicar quais aspectos da água justificava sua qualificação. O número de

pessoas que não sabe, para as duas perguntas, manteve-se o mesmo. O percentual se modifica porque a Tabela 1 apresenta resposta em múltipla escolha.

Tabela 1: Aspectos considerados na atribuição à qualidade da água do córrego Cleópatra.

MOTIVO (múltipla escolha)	N	(%)
Não sabe	132	38,7
É colorida	52	15,2
Tem lixo	51	15,0
Tem cheiro	41	12,0
Tem espuma	41	12,0
Porque ouviu falar	9	2,6
Porque é limpa	8	2,3
Outra	7	2,1
Total de respostas	341	100,0
Total de entrevistas	230	

Obs.: Média de resposta por entrevistado = 1,5.

As figuras 3 e 4 apresentam o uso do córrego Cleópatra pelos moradores para banho e pesca. 10,4% das pessoas usam o córrego Cleópatra para recreação de contato prolongado (banho) e 7,8% usam para pesca.

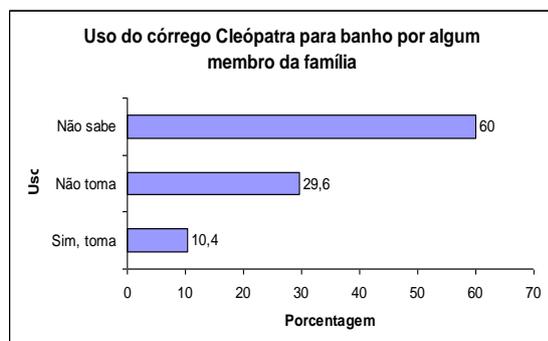


Figura 3: Uso do córrego Cleópatra para banho por algum membro da família.

A figura 5 mostra que das 24 pessoas que usam o córrego para banho apenas uma qualificou a água como boa. O mesmo ocorreu em relação ao uso para pesca, das 18 pessoas que costumam usar o córrego para este tipo de atividade, apenas uma qualificou a água como boa. Isto mostra que os moradores utilizam a água mesmo sabendo que ela pode estar

contaminada e oferecer riscos à saúde. Nota-se que do conhecimento até a conscientização ainda existe um longo caminho a ser trilhado.

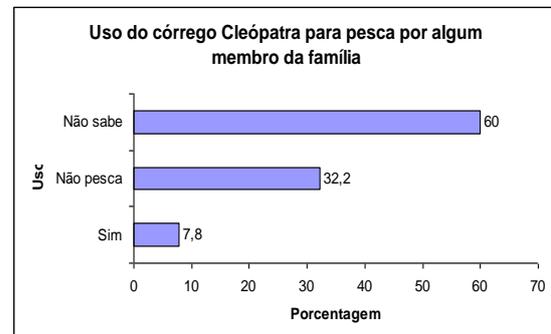


Figura 4: Uso do córrego Cleópatra para pesca por algum membro da família.

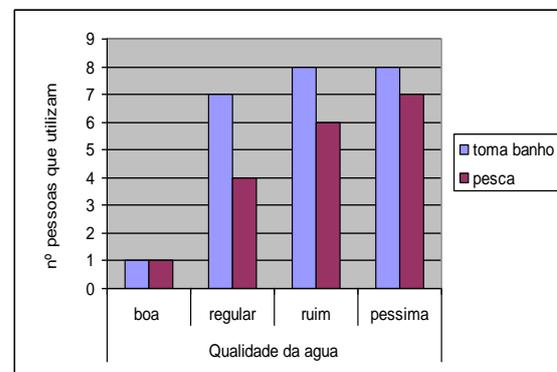


Figura 5: Uso do córrego Cleópatra para banho e pesca X qualidade da água.

A figura 6 mostra a espacialização destas opiniões. O que se pode verificar é que pessoas do bairro todo usam o córrego, e muitos o utilizam mesmo conscientes dos riscos que ele oferece à saúde pelas suas águas poluídas.

5.2 Queixas relativas ao lixo nas ruas e o destino dado ao lixo nos dias em que não há coleta

De acordo com a figura 7, percebe-se que no bairro como um todo, os entrevistados, em quase sua totalidade, têm o cuidado de colocar o lixo na lixeira em frente a casa ou de guardá-lo no quintal até o dia da próxima coleta. Apenas 5% queimam o lixo no quintal e nenhum entrevistado joga o lixo em terrenos

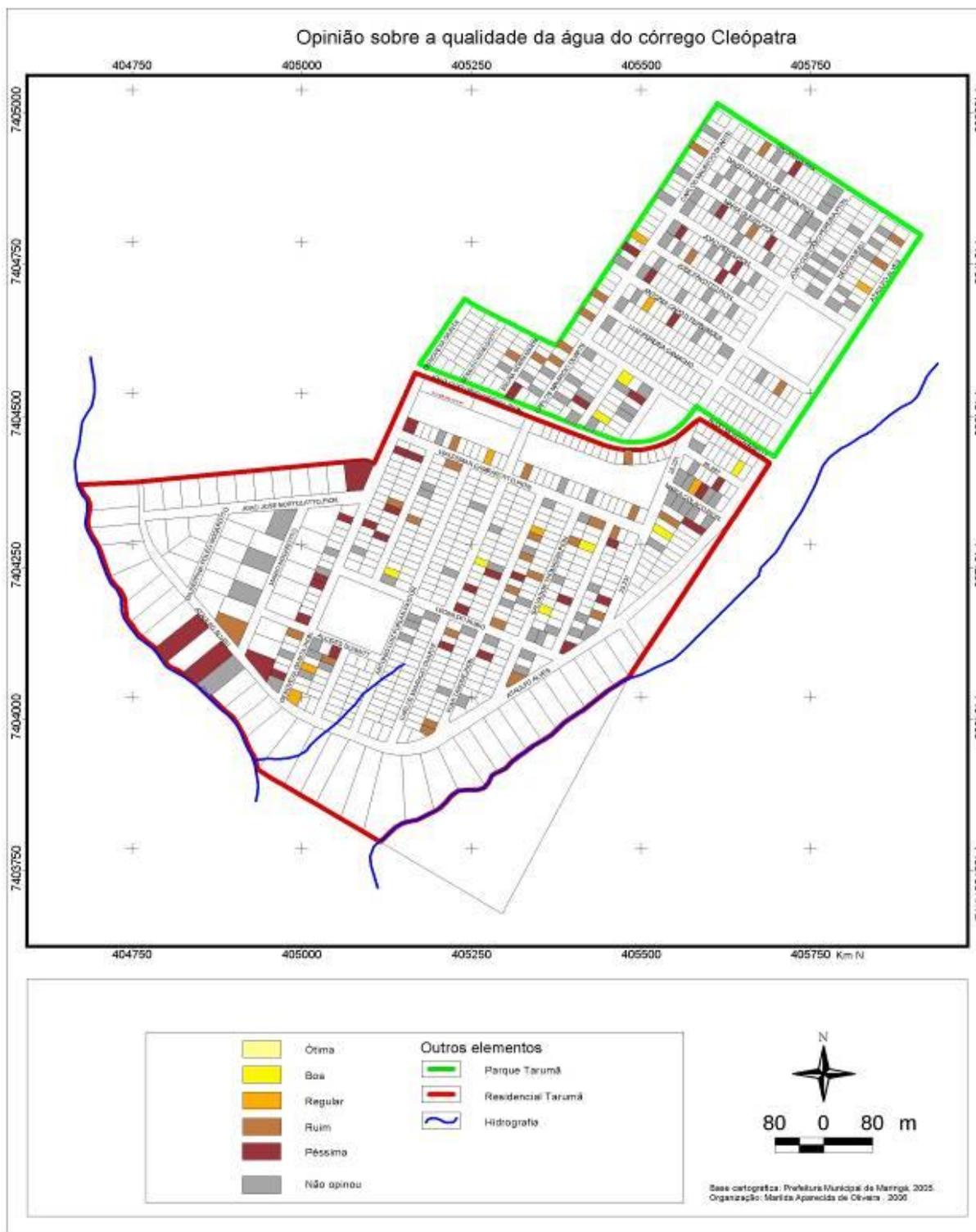


Figura 6: Opinião sobre a qualidade da água do córrego Cleópatra.

baldios. Aparentemente, a população mostra-se conscientizada sobre a atitude correta em relação a este aspecto. Entretanto, se analisarmos o mapa sobre as queixas relativas ao lixo nas ruas (Figura 8), podemos ver que no Tarumã I a queixa se aproxima de 40% dos entrevistados e no Tarumã II chega a quase 50% dos entrevistados. O que se pode verificar pela correlação entre as figuras 7 e 8 é que as queixas de lixo nas ruas aparecem em lugares onde ninguém deixa o lixo na rua. Fica claro um contracenso e a constatação de que as pessoas jogam o lixo nas ruas ou nos terrenos baldios, mas quando inquiridas sobre tal conduta, estas tendem a negar. A correlação destas respostas e a identificação da discordância delas mostram que as pessoas têm o conhecimento de como deveriam cuidar do lixo, porém uma atitude sustentável ainda é esperada primeiro do outro.

5.3 Frequência de mau cheiro durante o ano

A queixa de mau cheiro é relatada por quase 90% dos entrevistados nas duas partes do bairro (Figura 9). A queixa dos moradores em relação a todos os meses do ano é de 34,6% no Tarumã II e de 14,6% no Tarumã I. Isto pode se justificar pela maior proximidade do Tarumã II ao Curtume de Maringá, que fica localizado na vertente oposta do córrego Cleópatra, a Oeste do bairro (Figura 10). O ar fica aprisionado no fundo de vale e isto

também pode estar associado à maior queixa no Tarumã II. A maioria dos entrevistados complementava sua resposta alegando que o mau cheiro era maior/pior quando o tempo estava para chuva.

5.4 Queixas relativas à poluição

Por meio da figura 11, pode-se observar que a queixa quanto à presença de poluição no Tarumã I é pequena, pois quase 70% dos entrevistados responderam não ter queixas relativas à questão. É importante ressaltar que o termo poluição aqui retratado refere-se a todo elemento que venha a poluir o ambiente.

Não obstante, em todas as quadras nas quais os entrevistados disseram não ter problemas com poluição, o mapa de frequência de mau cheiro mostra queixas relativas a esta variável em todas as frequências sugeridas. Em relação ao lixo nas ruas, identificou-se que a queixa aparece em todas as quadras.

Assim, esta pesquisa possibilitou, por meio das tabelas, gráficos e mapas a comparação destas variáveis, mostrando que muitos daqueles entrevistados que percebem aspectos de poluição como o lixo nas ruas, o mau cheiro e as condições da água do córrego não reconhecem seu bairro como poluído. A espacialização das respostas mostrou que nos mesmos locais onde aparecem queixas sobre algum tipo de poluição, aparecem, ao mesmo tempo, respostas afirmando que o bairro não tem poluição.

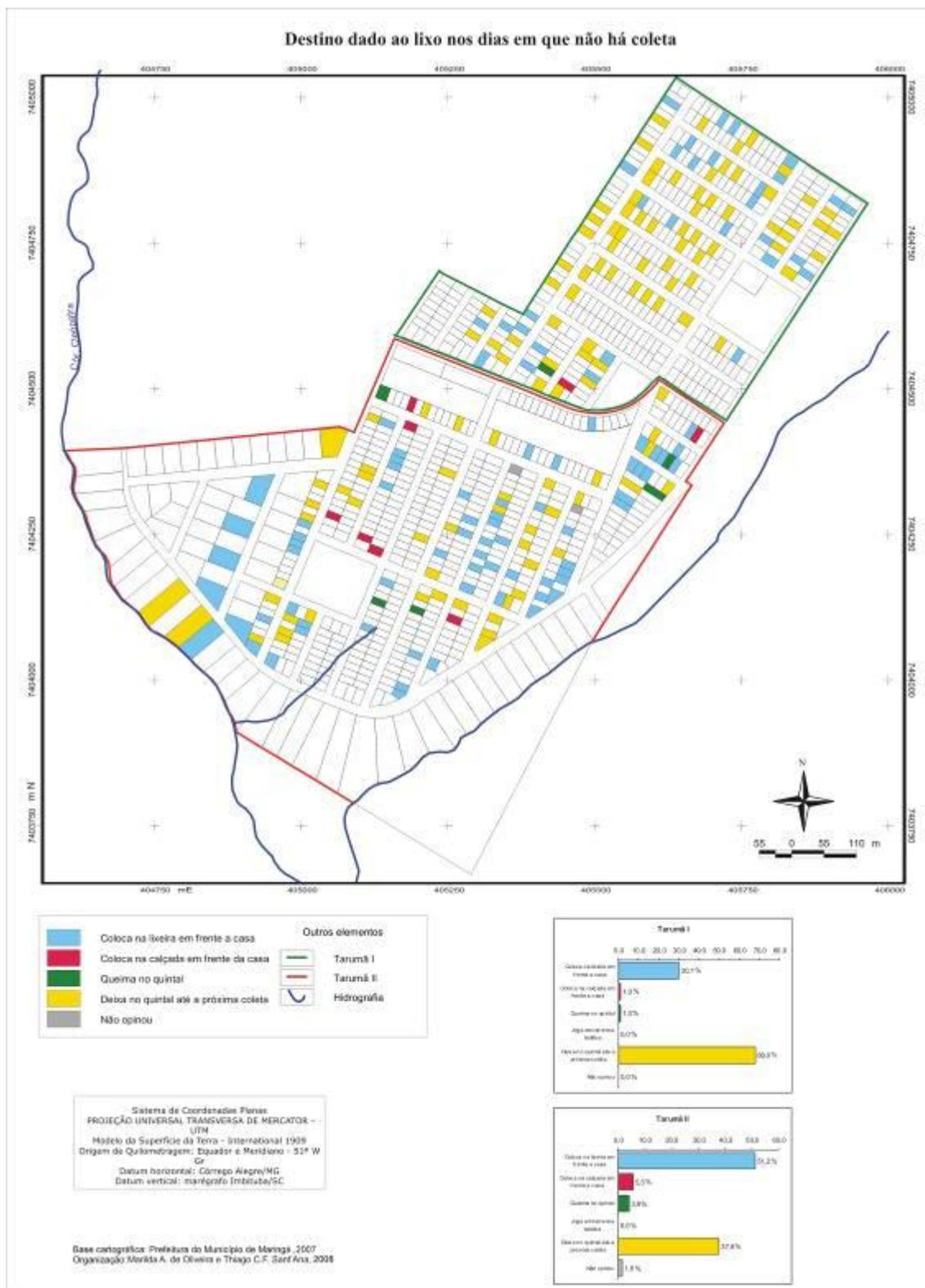


Figura 7: Destino dado ao lixo nos dias em que não há coleta.

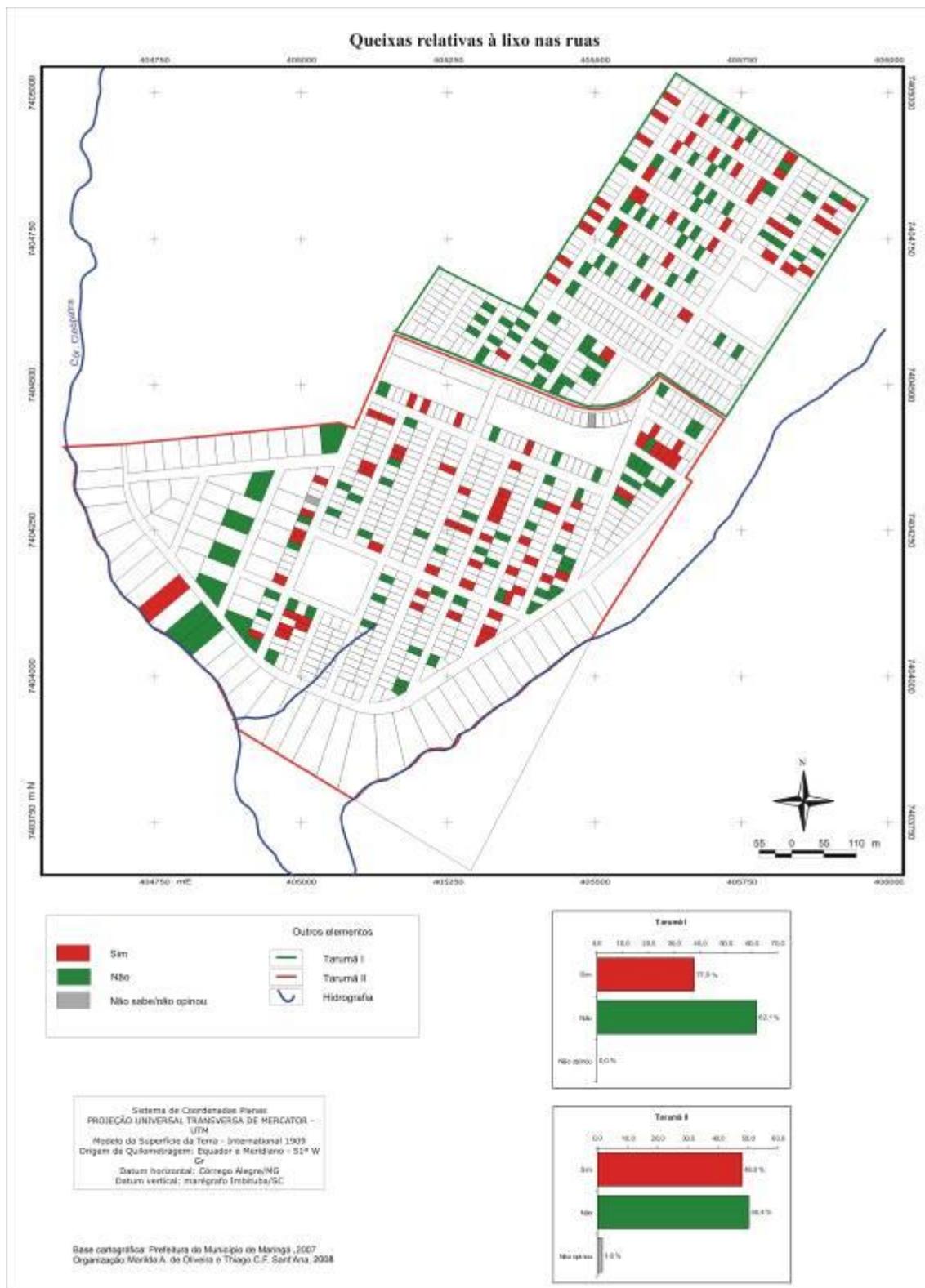


Figura 8: Queixas relativas ao lixo nas ruas.

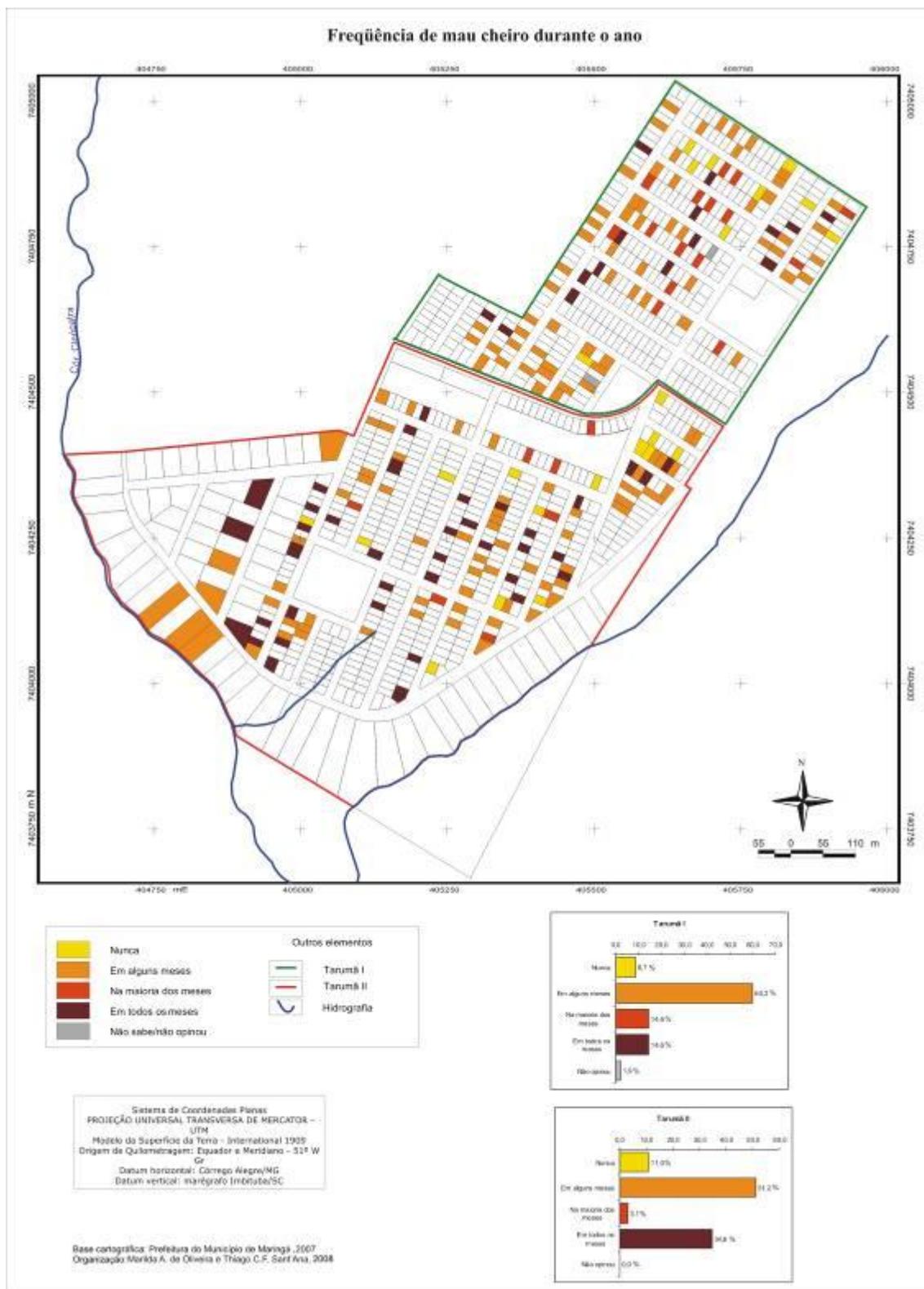


Figura 9: Frequência de mau cheiro durante o ano.



Figura 10: Localização de fontes poluidoras.

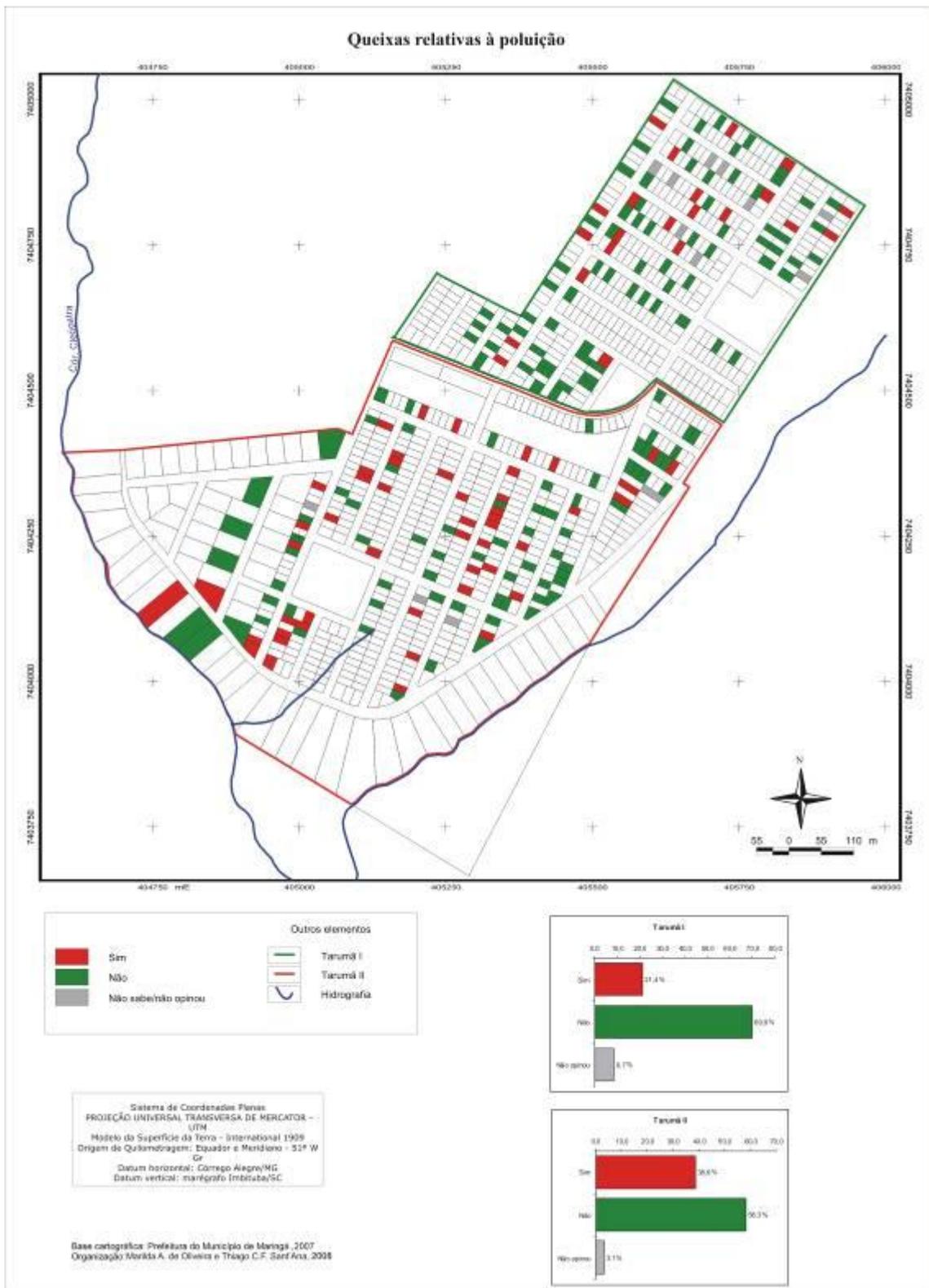


Figura 11: Queixas relativas à poluição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação em explicar a conduta humana tem aumentado. Os geógrafos e cartógrafos, superando os limites do espaço absoluto, passaram a se preocupar com a ocorrência dos fenômenos em um espaço relativo ou relacional. Este conceito de espaço exige novas técnicas e métodos de compreender o espaço e as relações espaciais.

O conhecimento de como e porque as pessoas agem de determinado modo permite definir onde e como agir para promover a participação e a corresponsabilidade de todos os envolvidos num manejo mais adequado do ambiente urbano.

Verificou-se por meio deste trabalho que existe a percepção por parte dos moradores do Bairro Tarumã quanto aos temas investigados e que há também uma atitude – correta ou não – por parte deles.

A constatação de que mesmo as pessoas que qualificaram a água como péssima faziam uso dela para banho e/ou pesca, mostrou uma carência de informações e de conscientização a respeito dos riscos à saúde. Isto leva a perceber a necessidade do desenvolvimento de um programa de Educação Ambiental eficiente, para que informe e conscientize estas pessoas sobre os riscos inerentes ao contato direto com água poluída, que pode causar diversas doenças e da necessidade da ação individual e coletiva na preservação do meio ambiente. O trabalho de conscientização exige o envolvimento não apenas dos usuários como de toda a comunidade na preservação do córrego.

O resultado encontrado no Bairro Tarumã mostra a incoerência na avaliação da presença de poluição no bairro feita pelos moradores em relação aos aspectos investigados.

Na finalização deste trabalho, concluímos que esta análise foi possível porque os dados tabulados somados à

especialização das respostas facilitaram a comparação e a verificação da discordância entre elas.

Esta pesquisa apontou para a necessidade de implantação de um programa de Educação Ambiental, objetivando a conscientização dos moradores sobre a importância da preservação do ambiente e recuperação das áreas degradadas.

Por estarmos nos tornando altamente conscientes da necessidade de se compreender as razões humanas e identificar os valores sociais presentes nas atitudes ambientais, acreditamos que por meio dos estudos da percepção poderemos compreender melhor as relações do homem com seu meio e a partir deste conhecimento buscar a conscientização e a integração dos indivíduos em seus meios.

REFERÊNCIAS

- CHINELLI, F. Os loteamentos de periferia. In: VALLADARES, L. P. et al. **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 44-69.
- FAGGIONATO, S. **Percepção ambiental**. 2006. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./educacao/index.php38conteudo=./educacao/artigos/percambiental.html>> Acesso em: 12 jul. 2006.
- IBGE. **Censo demográfico**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2006.
- JACOBI, P. R. Educação ambiental para cidadania. In: _____. **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**. 1998. São Paulo: SMA/CEAM, 1998.
- MEDINA, Naná M. Formação de multiplicadores para educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em**

Educação Ambiental, Rio Grande ,v. 1,
out./dez. 1999.
Disponível em:
<<http://www.fisica.furg.br/mea/remea/index2.html>> Acesso em: 22 mar. 2006.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente:**
doutrina, prática, jurisprudência, glossário.
2. ed. São Paulo: Ed. Revista dos
Tribunais, 2001.

DEL RIO, V., OLIVEIRA, L. (Org.).
Percepção Ambiental: a experiência
brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

SAMARA, Beatriz Santos; BARROS, José
Carlos de. **Pesquisa de marketing:**
conceitos e metodologia. 3. ed. São Paulo:
Prentice Hall, 2002.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia:** um estudo da
percepção, atitudes e valores do meio
ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

Data de recebimento: 29.06.2010.
Data de aceite: 28.09.2010.